

DOI: [10.46943/VIII.CONEDU.2022.GT04.013](https://doi.org/10.46943/VIII.CONEDU.2022.GT04.013)

# A REINVENÇÃO DOS ESTÁGIOS NA FORMAÇÃO EM PSICOLOGIA: EFEITOS DO ENSINO REMOTO NA PRÁTICA DOCENTE

Guáira Moreira Camilo de Melo Dutra

Doutoranda em Psicologia Clínica pela Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP. Professora de psicologia na UNIFACISA, [guairamelo@gmail.com](mailto:guairamelo@gmail.com)

## RESUMO

A Lei federal n.º 11.788/2008 preconiza a oferta de estágios na educação superior enquanto instrumentos pedagógicos de desenvolvimento profissional. De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em psicologia, as Instituições de Ensino Superior devem assegurar a oferta de estágios supervisionados básicos e específicos para possibilitar o desenvolvimento de conhecimentos, competências e habilidades para a prática profissional. Com o objetivo de aproximar os alunos à atuação profissional, as visitas institucionais se apresentam como o primeiro contato dos estudantes com o campo. Durante os anos de 2020 a 2021, a pandemia de COVID-19 impôs às IES a rápida implementação do ensino emergencial remoto que substituiu os encontros presenciais pelo uso de Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs). Diante deste cenário, as práticas de estágio foram suspensas até abril de 2020 quando o Parecer CNE/05 2020 do MEC passa a autorizar suas realizações por meios remotos. Para muitos estudantes de psicologia, os estágios foram reduzidos a entrevistas virtuais com profissionais. No meio docente, interrogava-se quanto ao que poderia ser proposto ao ensino de estágios, sem gerar maiores comprometimentos à formação dos futuros profissionais. Em 2022, o retorno das práticas presenciais apresentou um novo contexto

DOI: [10.46943/VIII.CONEDU.2022.GT04.013](https://doi.org/10.46943/VIII.CONEDU.2022.GT04.013)

A REINVENÇÃO DOS ESTÁGIOS NA FORMAÇÃO EM PSICOLOGIA:  
EFEITOS DO ENSINO REMOTO NA PRÁTICA DOCENTE

ao planejamento acadêmico dos orientadores de estágio, o grande aumento de solicitações por parte de instituições públicas por estagiários de psicologia para auxiliar a escoar as demandas acumuladas nos últimos 2 anos. Os desafios e reinvenções no ensino de estágio em psicologia neste último biênio apontam para novos rumos na formação de futuros psicólogos.

**Palavras-chave:** Estágio supervisionado, Ensino remoto, Prática docente, Formação em Psicologia.

## INTRODUÇÃO

Cora Coralina em seu poema Exaltação de Aninha<sup>1</sup>, questiona: “*Meu jovem Professor, quem mais ensina e quem mais aprende? O professor ou o aluno?*”. Para a educação tradicional e verticalizada, o lugar do professor não seria o de aprendiz, uma vez que esta tradição, nomeada por Paulo Freire de bancária, se caracterizaria como “um ato de depositar, em que os educandos são os depositários e o educador, o depositante” (FREIRE, 1996, p. 57). No entanto, Cora Coralina prossegue sugerindo a relação horizontal desta educação com a qual concordamos: “*Feliz é o professor que aprende ensinando*”.

Acreditando que tanto a formação discente quanto docente requer a “ação” coletiva como principal componente, apresentamos um relato de experiência da prática docente e de supervisão de uma disciplina de Estágio Básico no Curso de Psicologia de modo a discutir os efeitos do ensino remoto no planejamento das ações e práticas.

O termo “estágio”, do latim, *stare* (estar em um lugar), sempre esteve vinculado à ideia da aprendizagem posta em prática num adequado local sob supervisão (COLOMBO, BALLÃO, 2014). A Lei federal n.º 11.788/2008 preconiza a oferta de estágios na educação superior no Brasil enquanto instrumentos pedagógicos de desenvolvimento profissional e estabelece:

Art. 1º Estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos.

§ 1º O estágio, como ato educativo escolar supervisionado, deverá ter acompanhamento efetivo pelo professor orientador da instituição de ensino e por supervisor da parte concedente, comprovado por

1 Cora Coralina, em “Ainda Aninha...”, no livro “Vintém de cobre: minhas confissões de Aninha”. 6ª ed., São Paulo: Global Editora, 1997, p. 151.

vistos nos relatórios referidos no inciso IV do caput do art. 7º desta Lei e por menção de aprovação final. (MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO, 2008)

Desta forma, toda prática de estágio no ensino superior, seja ele obrigatório (pré requisito para obtenção do diploma) ou não obrigatório (opcional, acrescido à carga horária curricular), requer a supervisão de um professor docente da instituição de ensino superior e de um profissional técnico da instituição em que é realizado.

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Psicologia (MEC, 2011), os estágios supervisionados apresentam-se em duas modalidades: básico e específico. Sendo o estágio básico responsável pelo desenvolvimento de práticas integrativas das competências e habilidades previstas no núcleo comum. Na experiência aqui relatada, nos debruçaremos especificamente sobre o estágio supervisionado básico voltado para as práticas nas políticas públicas de saúde e os impactos do uso das tecnologias em seu planejamento e execução.

As práticas educacionais são processos em constante atualização, transformando e sendo transformadas pelas novas demandas sociais. Há décadas, o uso de ferramentas digitais a serviço dos processos educacionais se mostra uma estratégia que enriquece o processo de formação discente ao mesmo tempo em que solicita ao docente a plasticidade para adaptar-se a novas tecnologias. Foi assim com o uso de fitas e videocassetes, televisores, computadores e CD-ROMs e, nas últimas duas décadas e meia, a internet e todas as suas plataformas e sites.

Além do ensino teórico em cursos técnicos e superiores, as práticas de estágio também foram alcançadas pelas ferramentas digitais, embora ainda sejam caracteristicamente “manuais” em boa parte das ciências humanas. No entanto, o contexto excepcional da crise sanitária que submeteu todo o mundo a “fechar as portas” de casa entre os anos 2020 e 2021, demandou, emergencialmente, que até mesmo as práticas de estágio se adaptassem à distância e ao universo online.

Este período foi marcado por uma corrida docente em busca de atualizações digitais e adaptação ao manejo das TICs – Tecnologias da Informação e Comunicação. O “aprender na prática” foi imposto a grande parte dos professores e gestores de instituições de ensino

superior, exigindo a alteração de projetos pedagógicos e planejamentos didáticos por todo país. A adesão ao ensino emergencial remoto, somou-se ao ensino à distância já bem estabelecido por muitas instituições, criando um divisor de águas entre as práticas docentes pré e pós período pandêmico da covid-19.

Diante disto, compreendendo o fazer pedagógico enquanto um trabalho coletivo, a partilha de experiências docentes se apresenta como fundamental para a construção e reestruturação curricular. Para propor uma educação crítica e criativa como preconizava Paulo Freire, é preciso que o professor não se recolha ao mero lugar de aplicador de novas tecnologias (GADOTTI, 2013). Para que a relação professor-aluno não perca lugar para a relação professor-computador, é preciso discutir este novo lugar ocupado por docentes e alunos no universo digital.

Deste modo, apresentaremos os desafios da prática docente nas adaptações dos planejamentos de uma disciplina de estágio básico em psicologia durante o período de ensino emergencial remoto entre os anos de 2020 e 2021, em contraponto com as ações presenciais da mesma disciplina na modalidade prática em 2022.

A disciplina de Estágio Básico 1 é ministrada durante o quarto período do curso de Psicologia, sendo a primeira de quatro disciplinas de estágios básicos que têm a função de apresentar ao aluno de psicologia os campos de atuação da psicologia nas áreas de saúde, educação, social e do trabalho. O objetivo da disciplina que será apresentada neste relato é de proporcionar conhecimento acerca da atuação do profissional de psicologia nas Políticas Públicas de saúde. Especificamente a atuação nas Unidades Básicas de Saúde, nos Centros de Atenção Psicossocial e nos Hospitais.

Deste modo, é esperado que o aluno, ao debruçar-se sob os referenciais teóricos e técnicos da profissão e, posteriormente, confrontar-se com a realidade das práticas psicológicas nas políticas públicas de saúde, desenvolva as seguintes competências, preconizadas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Psicologia (MEC, 2011):

I - analisar o campo de atuação profissional e seus desafios contemporâneos;

II - analisar o contexto em que atua profissionalmente em suas dimensões institucional e organizacional, explicitando a dinâmica das interações entre os seus agentes sociais;

III - identificar e analisar necessidades de natureza psicológica, diagnosticar, elaborar projetos, planejar e agir de forma coerente com referenciais teóricos e características da população-alvo;

X - relacionar-se com o outro de modo a propiciar o desenvolvimento de vínculos interpessoais requeridos na sua atuação profissional;

XV - saber buscar e usar o conhecimento científico necessário à atuação profissional, assim como gerar conhecimento a partir da prática profissional.

(MEC, 2011)

Tendo em vista, serem tais competências indispensáveis para a formação de um profissional ético e preparado na psicologia e adquiridas através das práticas presenciais de estágio, surge a preocupação: como desenvolver um novo plano de estágio básico em psicologia diante do cenário da suspensão das atividades de diversos setores e dos atendimentos remotos em razão da pandemia de Covid-19, de modo a evitar maiores prejuízos para o desenvolvimento destas e outras competências e habilidades ao aluno?

## METODOLOGIA

Este relato de experiência apresenta dois momentos da disciplina Estágio Básico 1 em Políticas Públicas e Saúde de um curso de Psicologia no interior da Paraíba. Primeiramente será discutida a realização desta disciplina durante o período do Ensino Remoto Emergencial em decorrência da Pandemia de Covid-19 durante os anos de 2020 e 2021. O segundo momento, registrará as atividades desta mesma disciplina após a volta dos encontros presenciais no ano de 2022.

A disciplina é ministrada a alunos do quarto período e é estruturada de modo a ofertar aulas teóricas e práticas através de aulas dinâmicas sobre o histórico das políticas públicas de saúde no Brasil e as orientações técnicas para atuação de psicólogos nestas

políticas, planejamento das visitas e instrumentos que serão utilizados, além de visitas técnicas às Unidades Básicas de Saúde (UBS), Centros de Atendimento Psicossocial (CAPS), Ambulatórios de Saúde e Hospitais onde são realizadas entrevistas e observações para elaboração de propostas de intervenção nos locais, onde os alunos participam de, em média, 4 vivências práticas, orientadas pela professora supervisora e por profissionais de psicologia das instituições visitadas.

A observação participante se configura, nesta disciplina, como método ideal para a imersão nas práticas das instituições, conhecendo de perto, além do trabalho dos profissionais, também o público atendido, servindo de coleta de dados para a construção de relatório das visitas, juntamente com portfólio em que o aluno apresenta um relato subjetivo das impressões das atividades realizadas.

Analisando o feedback dado pelos alunos do estágio remoto e do estágio presencial em sala de aula e nos relatórios produzidos, é possível observar se, de fato, houve diferenças quanto aos contatos com a realidade profissional e a oportunidade de serem agentes em suas **formações** acadêmicas.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

O estágio oferece ao educando a oportunidade de colocar em prática o conhecimento construído nas aulas teóricas, sob a supervisão de um profissional da área que irá orientar e corrigir o estagiário em todas as atividades desenvolvidas, para que no momento em que estiver atuando como profissional, este possa aplicar a experiência adquirida, e assim esteja menos sujeito a possíveis falhas no cumprimento de suas atribuições. (COLOMBO, BALLÃO, 2014, p. 173)

Em 17 março de 2020, diante do avanço da pandemia de Covid-19 pelo Brasil e a consequente exigência imposta do isolamento social como medida de prevenção em saúde, as instituições de educação superior brasileiras sofreram uma urgente e radical mudança quanto ao processo de ensino. Na ocasião, o Ministério da Educação, seguindo orientações do Ministério da Saúde, publicou a Portaria Nº 343 que autoriza,

“em caráter excepcional, a substituição das disciplinas presenciais, em andamento, por aulas que utilizem meios e tecnologias de informação e comunicação, nos limites estabelecidos pela legislação em vigor, por instituição de educação superior integrante do sistema federal de ensino” (MEC, 2020, Art. 1º).

A substituição das disciplinas presenciais pelo ensino remoto, no entanto, não atingiu de modo semelhante as disciplinas de estágio que, em um primeiro momento, foram vedadas de serem realizadas de modo digital. A portaria que tinha duração de 30 dias, foi atualizada pela Portaria Nº 544, de 16 de junho de 2020 que dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais, enquanto durar a situação de pandemia do novo coronavírus - Covid-19. Neste entremeio, as discussões sobre as perdas quanto as práticas de estágio resultaram no Parecer CNE/05 2020 que dispõe sobre novas formas de organização do trabalho, possibilitando o emprego do teletrabalho para as atividades não presenciais de estágios e outras atividades práticas. Com isto, passaram a ser flexibilizadas as práticas de estágio de forma on-line, desde que devidamente justificadas no projeto pedagógico do curso.

A Portaria Nº 544, de 16 de junho de 2020 do Ministério da Educação estabelece que, até 31 de dezembro de 2020 estão autorizadas a realização de práticas, estágios e laboratórios por meios remotos, desde que obedeçam as DCNs, sejam aprovados institucionalmente e inclusos nos Projetos Pedagógicos:

§ 3º No que se refere às práticas profissionais de estágios ou às práticas que exijam laboratórios especializados, a aplicação da substituição de que trata o caput deve obedecer às Diretrizes Nacionais Curriculares aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação - CNE, ficando vedada a substituição daqueles cursos que não estejam disciplinados pelo CNE.

§ 4º A aplicação da substituição de práticas profissionais ou de práticas que exijam laboratórios especializados, de que trata o § 3º, deve constar de planos de trabalhos específicos, aprovados, no âmbito institucional, pelos colegiados de cursos e apensados ao projeto pedagógico do curso. (MEC, 2020)

Assim, o Conselho Federal De Psicologia (2020) traz a cronologia de todas as portarias e pareceres que, ao longo de 2020, período mais crítico da pandemia do novo coronavírus, foram responsáveis pelas alterações e adaptações do ensino de estágio:

#### **Março/2020:**

- Portaria MEC 343/2020: Autoriza transposição de atividades presenciais nos Cursos Superiores para meios remotos, vetando a realização de práticas, estágios e laboratórios de forma remota.
- Nota ABEP/CFP/FENAPSI sobre Atividades Acadêmicas no Contexto da Pandemia.

#### **Abril/2020:**

- Parecer CNE/05 2020: Sugere flexibilização da oferta de práticas, estágios e laboratórios no ensino superior em meios remotos.

#### **Junho/2020:**

- Carta de recomendações CFP/ABEP sobre estágios por meio remoto.
- Portaria MEC 544/2020: Autoriza realização de práticas, estágios e laboratórios por meios remotos.
- Seminários Regionais ABEP/ CFP/CRPs, Núcleos ABEP com coordenadoras/es, docentes, estudantes, para discutir a pertinência das práticas e estágio emergencial remoto nos Cursos de Psicologia.

#### **Julho/2020:**

- Seminário Nacional CFP/ABEP: Estágio em Psicologia no contexto da pandemia e da Portaria MEC 544/2020.

Apesar das mudanças gradativas nas autorizações quanto às práticas de estágio, os desafios foram para além das instituições de ensino superior. A quase totalidade das prefeituras e secretarias de saúde da macrorregião suspenderam os serviços presenciais. Desta forma, os atendimentos psicológicos e atividades em grupo foram as mais prejudicadas. Oficinas terapêuticas, vivências e grupos terapêuticos foram suspensos nos serviços públicos de saúde.

Os serviços essenciais passaram a autorizar visitas apenas de estudantes concluintes em estágio supervisionado, devido a obrigatoriedade desta prática para a conclusão do curso e a crescente e urgente demanda por profissionais nestes serviços. Assim, apesar das aprovações do Ministério da Educação e do Conselho Federal de Psicologia, não houve abertura para visitas técnicas dos estudantes dos estágios básicos.

O que fazer diante desta realidade? Como transformar uma disciplina focada em atividades práticas no campo em uma prática “virtual”? Como manejar a questão da ética profissional? Os alunos têm um ambiente adequado para manter o sigilo em atividades online? Afinal, o que pode ser realizado e ensinado sem significar perda de qualidade científica, ética e técnica da formação? Esses foram os principais questionamentos que perpassaram a imposta necessidade de reinvenção dos planejamentos de estágios básicos.

Diante deste campo fechado para ações, buscando modos de reduzir possíveis prejuízos à formação dos alunos, as atividades práticas foram substituídas por entrevistas online com os profissionais das políticas públicas de saúde. A rede de assistência à saúde e a rede de atenção psicossocial se conectaram às redes de internet e, através de programas de vídeo chamadas foram realizadas rodas de conversas e entrevistas com psicólogas atuantes em Hospitais, CAPS e Policlínicas.

O contato ao vivo com a realidade dessas instituições, infelizmente, deixou de ser experienciado por duas turmas consecutivas de Estágio Básico em Políticas Públicas e Saúde. Coube ao imaginário de cada aluno, ilustrar na mente as experiências compartilhadas por cada profissional entrevistado.

No ano de 2022, embora a pandemia da covid-19 não tivesse ainda se dissipado, os avanços da vacinação permitiram a abertura do campo e, conseqüentemente, a volta às práticas presenciais. No entanto, neste momento, foi observado o movimento contrário: as grandes demandas acumuladas durante os anos de 2020 e 2021 resultaram não apenas na abertura de novos campos de estágio, como em uma persistente - e urgente- solicitação por parte das instituições, sobretudo das públicas, de estagiários de psicologia para auxiliar a escoar as demandas.

Diante disto, nos deparamos com novos desafios: Boa parte das demandas por estagiários de psicologia eram relacionadas à solicitação de atendimentos individuais, de modo a suprir a falta de profissionais nos serviços, atividade esta que pode ser realizada apenas pelos alunos de estágio supervisionado específico, a partir do oitavo período do curso. Por estarem ainda no início do curso, tendo cursado pouco mais que as disciplinas básicas, os alunos do quarto período, ainda não dispõem de autonomia técnica e teórica para conduzir sozinho atividades de avaliação psicológica, grupos terapêuticos, entre outras atividades demandadas pelo campo.

As visitas técnicas, neste segundo momento, foram realizadas na Maternidade Pública, no CAPSi de Intervenção Precoce, CAPSADIII infanto-juvenil, Hospital da Criança e do Adolescente, Emergência Psiquiátrica, Hospital de Emergência e Trauma, Ambulatório de Saúde Integral para Travestis e Transexuais e Unidade Básica de Saúde.

As práticas propostas às instituições procuradas foram atividades de educação em saúde voltadas para prevenção e promoção de saúde e participação nas atividades programadas pelos profissionais do local. Assim, as principais atividades experienciadas pelos serão aqui apresentadas.

Junto à equipe, crianças e familiares atendidos pelo CAPSi, os alunos colaboraram com atividades recreativas e oficinas alusivas ao dia da luta antimanicomial realizadas em um parque da cidade.

Na Maternidade Municipal, os estagiários realizaram oficinas voltadas às mães cujos filhos se encontravam internados na UTI, ouvindo suas angústias e discutindo sobre expectativas e cuidado de si, além de ofertarem fotos das mães com seus bebês na UTI como lembrança daquele momento de esperança e cuidados.

No Ambulatório de Saúde Integral para Travestis e Transexuais, os alunos participaram do grupo de vivências já conduzido no local, propondo o projeto com temática inspirada pelo apelo expressado na música AmarElo<sup>2</sup> de Emicida: “Permita que eu fale, não as minhas cicatrizes, se isso é sobre vivência, me resumir à sobrevivência, é roubar um pouco de bom que vivi” para pensar em espaços de fala e

---

2 Composição: Felipe Vassao, Emicida, Dj Duh, 2019.

"sobre vivências". Os alunos propuseram e conduziram as vivências "Onde você guarda seus afetos?" e "Jogando meu corpo no mundo" onde foi proporcionando um momento de escuta acerca dos afetos guardados e partilhados e os corpos trans como corpos políticos.

Na UBS, foram realizadas atividades voltadas para o evento temático do Outubro Rosa, focando no público das mulheres atendidas pela equipe. Trabalhando a relação com o corpo e autoestima, foi trabalhado de modo dinâmico sobre a importância de conhecer o próprio corpo para poder reconhecer os alertas emitidos por este. Através da dinâmica "Meu corpo, meu tempo, meu templo", foi trabalhada a importância de reservar momentos para o autocuidado com o corpo e trechos de música que ressaltam a força e empoderamento feminino.

E, por último, Na Emergência Psiquiátrica, os alunos, supervisionados pela equipe local e pela orientadora de estágio, realizaram atividades recreativas e terapêuticas com os usuários em internação. Atividades como Jogos de estimulação cognitiva, Modelagem com Massinha, Desenho Livre, Pintura de Mandalas, Brincadeiras ao ar livre e oficinas terapêuticas receberam excelente feedback por parte dos usuários e da coordenação local.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante destas experiências, o questionamento que resta é: haveria como mensurar as lacunas que o adiamento do contato com cotidiano profissional deixou na formação de futuros psicólogos? Os impactos do contato com o campo na formação dos alunos são inegáveis. Mas o relato virtual dos profissionais também apresenta o contato com o campo.

Foi observado que as práticas possibilitaram aos alunos, além do conhecimento da realidade do campo e acompanhar de perto o trabalho e os desafios das equipes multiprofissionais, a oportunidade de exercitarem o trabalho em grupo, planejamento de atividades, exercício da ética profissional e da escuta. Ganhos que não puderam ser alcançados na versão remota do estágio.

Com estas experiências, vemos que os desafios e reinvenções no ensino de estágio em psicologia neste último biênio apontam para novos rumos na formação de futuros psicólogos. Os tempos

atuais e as novas gerações de alunos demandam renovação das práticas docentes. O ensino híbrido, unindo espaços online e presenciais se mostra uma ferramenta a serviço do avanço do ensino de estágio.

As Tecnologias de Informação e Comunicação são ferramentas auxiliares que não ficarão mais de fora do processo ensino-aprendizagem, mesmo com as aulas e práticas 100% presenciais. São ferramentas que colaboram com o planejamento, organização, fixação e execução dos conteúdos e técnicas.

As atividades digitais permite aos alunos maior objetividade na elaboração dos trabalhos teóricos e relatórios construídos em grupo. Abrem novas possibilidades o planejamento da execução das atividades. A realização de entrevistas e rodas de conversa com os profissionais locais acontecem sem maiores interrupções habituais do campo de trabalho. Permitem, inclusive reunir profissionais de diferentes instituições para uma mesma conversa, compartilhando experiências de diferentes atuações.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 26 set. 2008.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. SECRETÁRIA EXECUTIVA. **Sistema Único de Saúde (SUS):** princípios e conquistas. Brasília: Ministério da Saúde, 2000.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO. **Atenção psicossocial a crianças e adolescentes no SUS:** tecendo redes para garantir direitos. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

COLOMBO, I. M.; BALLÃO, C. M. **Histórico e aplicação da legislação de estágio no Brasil.** Educar em Revista, Curitiba, Brasil, n. 53, p. 171-186, jul./set. 2014. Editora UFPR

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Carta de Serviços Sobre Estágios e Serviços-Escola.** Brasília, Setembro/2013.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Práticas e estágios remotos em Psicologia no contexto da pandemia da covid-19:** recomendações. Brasília: CFP, 2020.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução nº 3/2007**, de 12 de fevereiro de 2007. Institui a Consolidação das Resoluções do Conselho Federal de Psicologia. Brasil: CFP, 2007. Disponível em: [https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2007/02/resolucao2007\\_3.pdf](https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2007/02/resolucao2007_3.pdf). Acesso em: 07 set. 2022.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido.** São Paulo: Paz e Terra. 1996

GADOTTI, M. **O Trabalho Coletivo como Princípio Pedagógico;** Paulo Freire e a Educação Superior Revista Lusófona de Educação, núm. 24, pp. 153-162. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias: Lisboa, Portugal, 2013

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Cartilha esclarecedora sobre a lei do estágio:** lei nº 11.788/2008 – Brasília: MTE, SPPE, DPJ, CGPI, 2008.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Portaria Nº 343**, de 17 de março de 2020. Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus – COVID-19. Brasil: MEC, 2020. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Portaria/PRT/Portaria%20n%C2%BA%20343-20-mec.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Portaria/PRT/Portaria%20n%C2%BA%20343-20-mec.htm). Acesso em: 10 mar. 2022.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Parecer CNE/05 2020**, de 28 de abril de 2020. Brasil: MEC, 2020. Disponível [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=1450\\_11-pcp-005-20&category\\_slug=marco-2020-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=1450_11-pcp-005-20&category_slug=marco-2020-pdf&Itemid=30192). Acesso em: 10 mar. 2022.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Portaria 544/2020 MEC** de 16 de junho de 2020. Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais, enquanto durar a situação de pandemia do novo coronavírus - Covid-19, e revoga as Portarias MEC nº 343, de 17 de março de 2020, nº 345, de 19 de março de 2020, e nº 473, de 12 de maio de 2020. Brasil: MEC, 2020. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2020/07/Portaria-544-de-16-de-junho-de-2020.pdf> Acesso em: 07 set. 2022.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Resolução nº 5** de 15 de março de 2011. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Psicologia, estabelecendo normas para o projeto pedagógico complementar para a Formação de Professores de Psicologia. Brasil: MEC, 2011. Disponível em: [https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/pdf/CNE\\_RES\\_CNECESN52011.pdf](https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/pdf/CNE_RES_CNECESN52011.pdf) Acesso em: 10 mar. 2022.